

**GÊNERO E HOMOSSEXUALIDADE NO BRASIL
COLONIAL: POSSIBILIDADES DE (RES)
SIGNIFICADOS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO
ICHS/UFMT**

Euro Magalhães Nascimento⁵⁴

E-mail: euronasc@hotmail.com

Ana Maria Marques⁵⁵

E-mail: anamariamarques.ufmt@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem como objetivo geral analisar, no campo da historiografia, problemas de gênero no que se refere às práticas de sodomia entre homens no Brasil colonial. Todavia, as limitações, ordenações previstas nos códigos da colônia brasileira enunciavam condutas corporais disciplinadas e o pecado seria dado como justificativa para a defesa da família ideal numa ordem e disciplina sexual. Não obstante, as relações de gênero na colônia herdaram uma cultura tão pulverizada da sociedade europeia, que muito sofreu com a punição violenta nos “corpos nefastos”.

Palavras-chave: Corpo – Gênero – Homossexualidade.

Abstract: This article aims at analyzing, in the field of general historiography, problem of genres with regard to practices of sodomy between men in colonial Brazil. However, the limitations laid down in ordinances, codes of the Brazilian colony enunciate disciplined body and conduct the sin would be given as justification for the defense of the ideal family in order and discipline. Nevertheless, gender relations in the colony have inherited a culture so spraying of European society, which greatly suffered from the violent punishment in “nefarious bodies”.

Keywords: homosexuality – genre – the body.

54 Professor de Educação Física da rede municipal de ensino de Cuiabá

55 Departamento de História UFMT

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta como objetivo geral analisar no campo da historiografia, as relações de gênero no que se refere às práticas de sodomia envolvendo homossexuais masculinos durante o século XV ao XVIII no Brasil. Naquela época, as relações sexuais envolvendo pessoas do mesmo sexo, muitas vezes, terminavam com punições graves devido aos costumes familiares originados da religião para se ter o cuidado ao corpo contra as práticas corporais consideradas perversas. Neste contexto, destaco os homossexuais masculinos em diferentes etnias, como seus personagens exóticos, os “diferentes” na história do Brasil.

Assim que os portugueses se instalaram nas terras brasileiras no início do século XV e, no século XVI, com o efetivo processo de comercialização, a colônia foi “governada” por códigos e por Leis portuguesas. No entanto, o problema é que muitos processos terminavam em punir àqueles que aprontassem suas bestialidades envolvendo o problema de gênero, ou melhor, das mentalidades de gêneros que problematizavam a moral da sociedade com escândalos sexuais entre dois indivíduos do mesmo do sexo. A maioria das denúncias implicou em castigo. Castigos que variaram desde a prisão, a expulsão do país, até a pena de morte em casos que fosse provada conduta sexual vergonhosa à sociedade. É sobre este assunto que este artigo retratará.

No primeiro capítulo intitulado, “*Gênero e Corpo*” será analisado o discurso presente na mentalidade de duas grandes historiadoras contemporânea, Joan Scott e Judith Butler. Elas nos levam a pensar o corpo com avanços significativos dos mesmos, num entrelaçamento rigoroso do conceito de gênero e corpo.

No segundo capítulo, “*Brasil colônia e Corpos Gays*”, serão colocadas para discussão algumas informações referentes aos homossexuais masculinos (enrustidos ou não) da época do Brasil colonial, tendo em vista que nesse período as inquisições e processos de casos registrados sobre os gays da época se espalhavam com os escândalos tratando da questão da sexualidade dos gays⁵⁶ nas diferentes etnias do Brasil colonial.

Finalizo fazendo algumas considerações importantes sobre pro-

56 A denominação de gay é americanizado e significa homossexual e adjetivo de alegre, vistoso, indicando que a palavra gay se refere exclusivamente ao homem.

blemas de gênero no ensino regular, defendendo sempre um trabalho interdisciplinar voltado a um processo de conscientização da comunidade escolar sobre os problemas corporais das relações de gênero.

Gênero e Corpos

De início, quando se fala ou se ouve falarem gênero logo pensamos em sexo, embora gênero não seja sexo. Ademais, o gênero é identicamente usado para designar as relações sociais entre os sexos. Estas relações acontecem a partir do momento em que atribuímos ao gênero seu jeito de ser e de estar num universo de constantes transformações e movimentos sociais, culturais para condição de humana. Considerando os gays e lésbicas com os seus modos de ser e de estar no mundo qual a condição política destes e destas nas relações de gênero?

Scott apresenta uma análise histórica e destaca que no caso de “gênero”, o seu uso comporta um elenco tanto de posições teóricas, quanto de simples referências descritivas às relações entre os sexos (p.4). A autora questiona o desafio, principalmente teórico, com relação aos gêneros que exige a análise não só das relações entre as experiências masculinas e femininas no passado, mas também a ligação entre práticas históricas atuais. Como é que o gênero gay funciona dentro das relações sociais? Se a condição de mulher historicamente é submissa em relação ao homem (as próprias feministas admitem isso) qual a condição do sujeito heterossexual com o homossexual? Provavelmente estas questões devem causar muitos interesses aos gays, bem como as lésbicas.

Gênero é um tema novo no campo das pesquisas históricas e o uso desta palavra rejeita as justificativas biológicas. Tema tão recente que as preocupações teóricas relativas como categoria de análise do gênero só apareceram no final do século XX. Elas estão ausentes na maioria das teorias sociais formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX. Isto não quer dizer que neste período não é observado na historiografia, fatos envolventes em que a cultura permite ou não, ao homem e à mulher, as condições encontradas na sociedade, chamadas de gênero masculino e feminino. Joan Scott prolonga na narrativa sobre gênero e corrobora a idéia de que “o gênero é uma maneira de se referir as origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”. Segundo a autora, seu uso coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas

que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade. Destaca que o gênero é como um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, no entanto, com uma forma primeira de significar as relações de poder. Ela cita exemplo interessante de que “Na teoria política da idade média islâmica, o símbolo do poder político faz mais frequentemente alusão as relações sexuais entre um homem e um menino, sugerindo não só a existência de formas de sexualidade aceitáveis comparáveis” (p. 24).

Outra autora importante que vem dedicando seus estudos no campo dos gêneros é a filósofa também norte-americana Judith Butler. Esta em 2003 apresentou um ensaio denominado “Problemas de Gênero” e começa o assunto destacando uma indeterminação sobre os significados do conceito de gênero, criticando a heterossexualidade compulsória. No “Problema de Gêneros” ela narra sobre a linguagem, o poder e as estratégias de deslocamentos, e sublinha sobre “a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida a qual se cristaliza no tempo para produzir uma aparência de uma substância” (p.59), de um jeito natural de ser do gênero. Cita que em alguns “discursos psicanalíticos a questão da homossexualidade é invariavelmente associada a formas de ininteligibilidade cultural e, no caso do lesbianismo, à dessexualização do corpo feminino”.

Embora essa autora, venha a explorar questões de gênero ligadas principalmente a heterossexualidade masculina e feminina, ela avança no debate sobre a linguagem de deslocamento enquadrando o homossexual neste contexto a partir do pensamento de Wittig que destaca os ditames da heterossexualidade compulsória, o surgimento do desejo do homossexual transcende, na opinião dela, as categorias de sexo.

Contudo, postula como uma “heterossexualidade além do sexo não conseguiu esconder as maneiras como as relações de poder continuam construindo a sexualidade das mulheres mesmo nas lésbicas” (p. 54). Em alguns dos trabalhos desta autora tanto a homossexualidade masculina como feminina, assim como em outras posições do contrato heterossexual facultam tanto a subversão como a proliferação das categorias de sexo.

Ela critica a “presença” em convenções heterossexuais, nos contextos homossexuais, bem como os discursos especificamente gays da diferença sexual que não podem ser explicados com a representação quimérica de identidades heterossexuais, tampouco podem ser compreendidos como

em insistência perniciosa de constructos heterossexuais na cultura sexual gay e hétero.

Enfim, Judith Butler ressalta as imperfeições detectadas nas raízes do feminismo com uma subversão da identidade, regulada pela heterossexualidade compulsória contra os gays e as lésbicas. A força desta prática é, mediante de um aparelho de produção excludente, restringir os significados relativos de “heterossexualidade”, “homossexualidade” e “bissexualidade”, bem como os lugares subversivos de sua convergência e sua re-significação (BUTLER, 2003, p. 57).

O Brasil colônia: Corpos gays

Algumas características referentes ao corpo indígena, muito nos faz lembrar sua nudez fotografadas nos livros didáticos de História. Inspiradas principalmente na sexualidade da índia isso parece comum para nós, muito mais ainda entre eles. É provável que se for fazer um *feedback* sobre as investigações históricas brasileiras, pouca pesquisa explora nas profundezas de questões etnológicas, por exemplo, de como foram observadas para depois serem transcritas as relações de gênero entre índios gays.

Nas suas raízes, desde as primeiras visitas dos portugueses no Brasil, são comprovadas as relações homossexuais entre índios na colônia brasileira. Neste sentido, Alves (1998) discute situações onde as práticas de sodomia durante o período colonial foi marcada por certa hostilidade e intolerância contra os homossexuais praticantes, inclusive os índios, que também eram alvo de punições graves, caso fossem flagrados praticando sexo.

Deste modo, a hostilidade aparece quando Mott *apud* Alves (2011, p. 8) destaca sobre um caso ocorrido em 1613 em São Luís do Maranhão de um índio acusado de gay que foi amarrado na boca de um canhão, sendo seu corpo esfaçalhado, torturado com o estourar do morteiro. No entanto, Mott (2011, s/p) apresentou estudo do período compreendido entre 1591-1620 e destacou que o menor número de relações sexuais que sofreram acusações penais foi causado pelos índios. Explica o autor que, dos 44 casos de sodomia apenas 6% era provocado dos índios. Outro historiador que apresenta informações interessantes neste contexto é Vainfas (2010). Ele prolonga o estudo da sexualidade e inquisição no Brasil colonial e destaca

que no país durante o século XVI ao XVIII pelo menos 165 homens moradores das mais diversas áreas da colônia foram acusados pela prática da sodomia sendo 14% desses casos relacionados aos índios (2010, p.216).

Provavelmente, muitos dos índios que viviam como escravos dos senhores se entregaram a perversão sexual com a vontade própria ou não, sem enfrentar a força do senhor patriarca que, por sua vez, degustava da prática da sodomia escondidos nos vilarejos pelo fato daquela época na existir motéis na colônia para entender a clientela.

A sodomia é uma palavra de origem bíblica utilizada para designar as perversões sexuais com ênfase para o sexo anal podendo acontecer entre os homossexuais, bissexuais, heterossexuais de diferentes raças, etnias. Na verdade, a palavra tem origem no Antigo Testamento, a propósito à destruição divina de Sodoma narrada no Gênesis (Vainfas, 2010).

Em “Etno-história da homossexualidade da América Latina” Mott (2011, s/p) destaca as relações homossexuais ainda entre os índios do Brasil da época colonial. Justificou o autor as “poucas evidências de que tais relações eram socialmente aceita pelos índios héteros”, possivelmente por envolver duas pessoas do mesmo sexo. Na época colonial (1576) o comentário de que os índios se entregavam ao vício da prática da sodomia, como se nele não houvesse razão de homens, era constante entre os portugueses colonizadores. Entretanto, o que as pesquisas contam sobre o travestismo, homens castrados que se vestem de mulheres e passam a efetuar tarefas exclusivamente femininas, com gestos puramente femininos, fez parte também da cultura dos índios. Além deles se travestirem com roupas do sexo oposto, eles eram identificados com o estilo de vida completamente oposto ao índio hétero, pois os índios gays falavam com a voz feminizada e faziam os mesmos trabalhos femininos. Ao passo que as índias lésbicas tinham os costumes deles, inclusive para ir à caça ou à guerra com arcos e flechas, sempre na companhia dos homens (Mott, 1994). Enfim, entre os índios gays conclui a existência de que as relações homossexuais faziam parte das alternativas eróticas subjetivas, por vezes, aceitáveis ou não pela própria tribo.

Com o surgimento das primeiras capitanias iniciou-se no Brasil, os processos de relações sociais atormentadas que, por vezes, produziam como conseqüências os conflitos na personalidade do gay da época colonial. Estes foram fortemente atacados, sendo alvo de muitas críticas. O sujeito gay era tratado como perverso, ou melhor, envolvido no vasto arse-

nal das perversões. Deste modo, o discurso do sujeito hétero com relação ao sujeito homossexual masculino foi avaliado como um problema sexual, portanto de gênero, que representava o pecado, toda uma imoralidade que fez infernizar a ordem da moral estabelecida na colônia. Gaiarsa (1986, p. 24) tematiza o discurso sobre o corpo e destaca o que me fez lembrar o tratado do corpo subversivo quando se empresta da forma declarada por Freud: a maior parte dos nossos desejos parece incompatível com a maior parte das normas sociais estabelecidas! Daí uma guerra permanente entre os desejos do “corpo” e as exigências de uma “boa educação”.

Não obstante, a religião conservou o pensamento heterossexista patriarcal, inclusive bem fundamentado pelas palavras escritas na bíblia que, moralmente destaca à prática da sodomia como um pecado, perversão, safadeza do homem. Nesta perspectiva, Vainfas (2010, p. 203) sustenta que foi no contexto da afirmação da igreja contra suas dissidências internas e, em meio ao processo de expansão territorial da cristandade pela via das Cruzadas, que os praticantes da sodomia passaram a sofrer a hostilidade das leis. Foucault (1998, p. 09) explica que as modificações na sociedade com a instauração de um conjunto de regras e de normas, em parte tradicionais, em parte novas que se apoiam em instituições religiosas, judiciais, pedagógicas e médicas mais parece em moldar os sexos.

Nesta perspectiva, observa-se na historiografia brasileira detalhes importantes das descrições surpreendentes ao mesmo tempo chocantes das relações de gênero dos eclesiásticos no Brasil. Seriam os eclesiásticos outra tribo envolvida com a prática da sodomia?

Vainfas (2010) analisou a situação de padres envolvidos com escândalos sexuais em plena época colonial. Gomes (2010) documentou sobre o passado na época colonial e descobriu “números expressivos de homens da igreja que se envolveu com o crime da sodomia caindo nas malhas da Inquisição portuguesa”. Explica a autora que, “através de documentos especialmente oriundos da Visitação da Bahia colonial analisou as relações sodomíticas entre os eclesiásticos e os seus parceiros”. Todavia, este problema implica num ato inaceitável e vergonhoso, não só pela comunidade eclesiástica como à sociedade em geral. Para surpresa dos colonizadores, são os eclesiásticos caindo nas malhas da Inquisição portuguesa. Por causa da luxúria, eles são desprovidos dos bons costumes. Goldschmit (1998, p. 38) pesquisa a legislação eclesiástica durante o período de 1719-1822 e enuncia que o relacionamento sexual descoberto nos eclesiásticos foi considerado crime de sodomia tão ‘péssimo e horrendo’ a ponto de ser indigno

de ser nomeado.

Green (2012) apresenta trabalho intitulado “homossexualidade e a História”. Descreve o autor que “há evidência na documentação pesquisada que a polícia já patrulhava pelos espaços públicos para ‘limpar’ as cidades de homens efeminados”. Isso demonstra a resistência do Estado contra uma sexualidade reprimida, expressa pela linguagem corporal que se passava por despercebida, bem estranha, e elevada a uma condição sexual completamente distorcida da realidade existente da época colonial.

Vainfas (2010, p. 212) destaca que logo na visitação de 1591-1595 concentrada na Bahia e Pernambuco, nada menos que 101 homens ficaram envolvidos com relações homossexuais ocorridas em Portugal ou no Brasil. Contudo, não se pode falar que todos esses sujeitos eram gays, pelo fato da condição do comportamento de bissexual do ser.

Na historiografia dos arquivos da Torre de Tombo, entre outros lugares, são numerosos os casos de “homens brancos e negros, escravos e libertos, jovens e velhos, ricos e pobres, que mantiveram relações sexuais com outros homens” (Mott *apud* Green, 2012). Assumir a postura de escravo gay era um ato de muita coragem. Ao negro, correria riscos devido à luxúria, obviamente pela condição subversiva de ser escravo, já que estes eram enquadrados por lei numa condição desfavorável, subversiva tanto culturalmente como socialmente.

Um fato curioso foi citado por Mott (2011) quando destacou que o “primeiro gay travesti que se tem notícia no Brasil foi um negro natural de Congo, escravo de um sapateiro, residente em Salvador denunciado na Visitação por Portugal em 1.591”.

Também Vainfas (1997) traça a sociedade escravista da época do Brasil colonial e enfatiza o comportamento dos diversos senhores que “coagem a seus escravos a práticas sodomíticas variadas, sem dispensar a violência física e, por vezes, levando a morte de dezenas de escravos que passavam de meninos”. Portanto, a brutalidade das penas de mortes instauradas na Europa, principalmente em Portugal e Espanha, trazidas de lá para cá, tem o reflexo do que Alves (2011, p. 08) destacou sobre o ano de 1678 o “caso de um jovem negro, escravo que foi morto de açoites por ter cometido o pecado de sodomia”. Infelizmente, as relações de gêneros no Brasil colônia herdaram uma cultura tão pulverizada da sociedade europeia que

muito sofreu com a punição violenta aos seus corpos.

Comentando sobre a sociologia dos nefandos coloniais, novamente Vainfas (2010) publica relatos interessantes do século XVI ao XVIII quando “pelo menos 165 homens moradores das mais diversas regiões coloniais, foram acusados ao Santo Offício de Lisboa de praticar a sodomia”. Na maior parte das acusações envolvendo escravos e criados, a sodomia era uma consequência direta da servidão e da pobreza. O autor apresenta dados com relação à cor e a etnia de grupos envolvidos com a prática da sodomia: brancos (46%), Negros (25%), índios (14%), sendo a maioria dos somítigos composta de rapazes com menos de 25 anos. Completa ainda que na época do Brasil colonial é citado, “dono de engenho e de escravos na Bahia e os escravos mais novos de 14-15 anos eram sodomizados segundo confissão em 1616”. Em 1747, um escravo denominado “Felipe acusaria seu amo de inúmeros atos sodomíticos perpetrados contra a sua vontade” (Vainfas, 2010, p. 226).

Assim, todos os casos de homens denunciados por práticas somítigas eram passíveis de punição, já que para a sociedade a questão do contato proporciona certa forma de prazer e a homossexualidade masculina nada mais é do que a consequência do desmesurado: “é a intemperança no prazer” (Foucault, 1984 p. 43) desequilibrado por causa da bestialidade cometida, pelo pecado que levava aos castigos por meio de denúncias muitas das quais feitas por parentes, amigos e estranhos ou, ainda, pelo próprio sujeito que se sentia desmoralizado numa relação dessa.

Como não havia motel naquela época, a prática da sodomia ocorria às escondidas e às pressas nas senzalas dos escravos, moitas, atrás dos estabelecimentos e até mesmo atrás das igrejas. Quanto à população, o que mais a incomodava a todos eram as atitudes dos homossexuais com suas inversões dos papéis de homem, “uma vez que muitos demonstravam afeto publicamente ou, ainda, se caracterizavam assumindo a postura e vestindo-se como o ser do sexo escolhido” (Alves, 2011, p. 07).C

CONCLUSÃO

Considerando o debate contemporâneo da historiografia recorrente sobre relações de gênero e suas causas e efeitos, devo destacar à narrativa mal fundamentada nas escolas de ensino regular para tratar do assunto envolvendo as relações de gênero. Como se dão as relações de gênero no

cotidiano escolar? Será que elas são justas? Falsas ou verdadeiras aos corpos?

Preocupadas com uma maior exploração dos estudos envolvendo as relações de gênero Butler e Scoot não só passaram a interpretar essas relações com mais rigor como também passaram a tratar o termo “gênero” com mais compromisso e seriedade pelos historiadores, sociólogos e educadores em geral e, em especial, os professores do ensino regular, responsáveis e peças fundamentais preparadas para ensinar nossos jovens em como lhe dar frente às complexas relações de gêneros.

Não obstante e mesmo se encontrando às relações de gênero constantemente “desfilando” no nosso cotidiano, este assunto é completamente abandonado no ensino regular. No entanto, no universo estudantil, mesmo numa unidade do sistema escolar as relações de gêneros são bastante ricas nos modos dos sexos. Assim, a escola é um fenômeno considerado o *locus* para pesquisadores do “gênero”, que se entrega à diretriz da interdisciplinaridade, destacando papel central do corpo, linguagem e cultura no ambiente escolar. Por que as regras práticas de linguagem para o masculino e o feminino nas escolas são questões para investigações que permanecem longe das mentalidades dos educadores?

A idéia perfeita para um trabalho escolar baseado nas relações de gênero deveria ser iniciada com o planejamento pela equipe e técnicos educadores preparados em argumentar o debate deste assunto nas escolas. Assim, talvez, apareceria uma prática educativa para uma cultura do corpo fomentada por questões importantes quando colocadas para discussão com a comunidade escolar mais ou menos na forma como reforçou Judith Bluter, com vistas na superação da domesticação acadêmica dos estudos sobre o gênero.

As críticas de muitos historiadores, sociólogos e educadores em geral aos trabalhos mais recentes nas universidades brasileiras e foras delas, sobre as relações de gênero não param de acontecer. Os títulos que deveriam vir acompanhados por estudos mais envolventes sobre os gêneros praticamente não existem. Todavia, na história sempre haverá uma força contrária direcionada ao preconceito e discriminação principalmente quando se coloca em pauta questões envolventes sobre sexualidade mesmo estando cotidianamente dentro destas questões. Muitas vezes ou quase sempre educadores não sabem em como lhe dá diante o conflito envolvendo as relações de gênero, mesmo em ambientes em que essas relações são

mais conflitantes, como a escola, por exemplo.

O fato é que muitos educadores não sabem do que se trata este assunto e para eles é melhor desviar do caso, pois seria outro problema a ser esclarecido e que isso, enfim, dá muito trabalho em meio a tantos outros da sua disciplina.

A escola é um espaço ocupado por pessoas de todos os gêneros que exercem suas atividades num tempo determinado. Todavia, este tempo vem acompanhado pelas idéias dos sujeitos, seus gêneros, pois afinal, como afirmou Butler: “as pessoas só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero”.

Se, aos olhos do professor pesquisador, este centrado no ensino regular surgem importantes pistas para o processo de construção da identidade de gênero do sujeito, seria uma tarefa dele (professor) reforçar à construção dessas identidades de gênero, rompendo com todo dogmatismo e preconceito de qualquer natureza.

Como os gestores do ensino regular têm (re) significado nos seus pressupostos e na sua organização questões envolvendo as relações de gênero? Frente aos problemas dessas relações na escola, o desafio está lançado ao professor pesquisador e fundamentado com a teoria da história. Como a linguagem do corpo constrói as categorias de sexo nas escolas?

Enfim, as perguntas colocadas aqui parecem não ser tão fácil assim de serem respondidas, no entanto devem servir como pistas aos professores pesquisadores que procuram um sentido lógico de nossa existência no mundo para melhores relações de gênero nas escolas e fora delas. Contudo, o gênero deve ser (re) significado com a visão da igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também classe social, raça e outras condições de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Zenaide. Inquisição e Homossexualidade na Colônia. 1998. Artigo Disponível em: www.ufrb.edu.br/simposioinquisicao/wp-content/.../zenaide-alves.pdf (acesso em Junho de 2013).

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. RJ: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, M. História da Sexualidade: o uso dos prazeres. Tradução de Maria thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GAIARSA, J. A. O que é corpo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

GOLDSCHMIT Eliana M. R. Convivendo com o Pecado na Sociedade Paulista 1719-1822. São Paulo: Annablume, 1998.

GOMES, Verônica de J. Vícios dos Clérigos: a Sodomia nas malhas do tribunal do Santo Ofício de Lisboa. Dissertação em História Moderna. Universidade Federal Fluminense, 2010.

GREEN, James N. Homossexualidades e a História: recuperando e entendendo o passado, 2012.

MOTT, Luiz. Etno-história da homossexualidade na América Latina. 2011. Disponível em http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/luiz_mott_volume_04.pdf (acesso em Junho de 2013).

_____. Igreja e Homossexualismo. Data de 1546-2006. Disponível em: <http://luiz-mott.blogspot.com/2006/08/igrejaehomossexualidade-no-brasil.html> (acesso em Junho de 2013).

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria útil para Análise Histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávi-

la. Disponível em: http://disciplinas_stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/gênero-joan%20(acesso em 14/07/2013).

VAINFAS, Ronaldo. *Moralidades Brasileiras: Deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista*. Originalmente publicado em Souza, L. M. (org). *História da Vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, vol. 1.

_____. *Trópico dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.